



Revista Brasileira de História de
Educação

E-ISSN: 2238-0094

rbhe.sbhe@gmail.com

Sociedade Brasileira de História da
Educação
Brasil

Bertucci, Liane Maria; Prestes da Silva, Silvana C. H.

A gripe, os órfãos e a educação para o trabalho no asilo São Luiz de Curitiba (1918-1937)

Revista Brasileira de História de Educação, vol. 14, núm. 2, mayo-agosto, 2014, pp. 103-
133

Sociedade Brasileira de História da Educação
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576161038005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A gripe, os órfãos e a educação para o trabalho no asilo São Luiz de Curitiba (1918-1937)

Liane Maria Bertucci^{**}

Silvana C. H. Prestes da Silva^{**}

Resumo:

Em Curitiba (estado do Paraná), no final da década de 1910, entre as instituições que se dedicavam à educação para o trabalho, destacou-se, pela singularidade, o Asilo São Luiz. Fundado em 1º de janeiro de 1919 pelas Irmãs de São José para amparar órfãos da gripe espanhola, em poucas semanas, o Asilo passou a abrigar também outros menores, e a preocupação com a inserção social dos asilados motivou a organização, além do ensino primário, de cursos profissionalizantes de marcenaria, sapataria e alfaiataria. Partindo de pressupostos da história social da cultura, o texto procura resgatar aspectos das histórias desses educandos e, assim, vislumbrar a sociedade curitibana das primeiras décadas do século XX.

Palavras-chave:

educação profissional; menor; Asilo São Luiz (Curitiba); gripe espanhola.

^{*} Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora associada de História da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

^{**} Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Flu, orphans and education for work at the asilo São Luiz in Curitiba (1918-1937)

Liane Maria Bertucci

Silvana C. H. Prestes da Silva

Abstract:

In Curitiba (Paraná State), in the late 1910s, one of the outstanding institutions that was dedicated to preparing people for the work market was the Asilo São Luiz. Founded on 1st January, 1919 by the Sisters of Saint Joseph to help children orphaned by Spanish flu, in just a few weeks the orphanage began to take in other children. The Sisters were concerned with reintegrating the minors into society and that motivated them to offer primary school courses and training courses in shoe repair, carpentry and tailoring. Based on the assumption of the social history of culture, the present text seeks to recover aspects regarding the history of these pupils and catch a glimpse of Curitiba's society in the early decades of the twentieth century.

Keywords:

professional education; minor; Asilo São Luiz (Curitiba); Orphanage; Spanish flu.

Gripe, los huérfanos y la educación para el trabajo en el asilo São Luiz de Curitiba (1918-1937)

Liane Maria Bertucci
Silvana C. H. Prestes da Silva

Resumen:

En la ciudad de Curitiba (estado de Paraná), en el final de la década de 1910, entre las instituciones que se dedicaban a la educación para el trabajo, se destacó, por la singularidad, el Asilo São Luiz. Fundado en 1º de enero de 1919 por las Hermanas de São José para amparar a huérfanos de la gripe española, en pocas semanas, el Asilo pasó a abrigar también a otros menores, y la preocupación con la inserción social de los asilados motivó la organización, además de la enseñanza primaria, impartir cursos de profesionalización de ebanistería, zapatería y sastrería. Partiendo de las suposiciones de la historia social de la cultura, el texto busca rescatar aspectos de las historias de estos educandos y, así, vislumbrar la sociedad curitibana de las primeras décadas del siglo XX.

Palabras clave:

educación profesional; menor; Asilo São Luiz (Curitiba); gripe española.

Introdução

No Brasil das últimas décadas do século XIX e início do século XX, em meio ao processo que resultou no fim da escravidão e que concorreu para a implantação do regime republicano, ganhou ênfase o conceito de trabalho como possibilidade de redenção humana, fonte de riqueza e criação, força moral e dignidade. Foi a partir do século XVI que, na sociedade ocidental, o trabalho foi, pouco a pouco, guindado de sua humilde posição (herança do mundo greco-romano, marcada por novos significados na Idade Média) à condição de a mais valorizada das atividades humanas (ARENDT, 1983; VERNANT; VIDAL-NAQUET, 1989). Com a fábrica mecanizada, no século XVIII, essa valorização atingiu uma dimensão crucial, a partir da ilusão de que a máquina proporcionaria ao homem a produtividade ilimitada. Para Bresciani (1986, p. 7), no mundo ocidental moderno, com a crescente industrialização, o trabalho é representado como “[...] a base da vida humana [...]”, da vida social¹.

No Antigo Regime, conforme escreveu Marcílio (2010), em todas as línguas da Europa, o vocábulo ‘pobre’ foi revestido de qualidades pejorativas, associado à turba de vagabundos e preguiçosos, de criminosos em potencial. Segundo Chalhoub (1996), em 1840, M.A. Frégier, alto funcionário da polícia de Paris, ao descrever as condições de vida dos pobres da capital francesa, usou a expressão ‘classes perigosas’ para designar, de diferentes formas, indivíduos que não trabalhavam. No livro de Frégier, amplamente difundido nos países europeus e em terras brasileiras, a fronteira entre ‘classes perigosas’ e ‘classes pobres’ era imprecisa². Em pouco tempo, generalizou-se a utilização da expressão ‘classes perigosas’ para designar grupos de indivíduos que, por vontade própria ou por circunstâncias adversas, não trabalhavam e viviam no limiar da criminalidade, como os desempregados, os biscateiros, os vadios e os pedintes de esmolas (CHEVALIER, 1978).

¹ Sobre as transformações no cotidiano das pessoas (inclusive, na percepção do tempo) durante o processo de industrialização e as ações desses indivíduos, veja Thompson (1979, 1998).

² Segundo Chalhoub (1996), a expressão ‘classes perigosas’ parecer ter surgido no século XIX. Na década de 1840, a escritora inglesa Mary Carpenter utilizou a expressão para, de forma restrita, designar o grupo de pessoas que obtinha seu sustento e de familiares por meio de furtos.

Na moderna sociedade do trabalho, tornou-se imperioso tanto debelar esses grupos, que poderiam representar perigo para a ordem social, quanto evitar sua multiplicação. A educação de crianças e jovens, também chamados menores³, surgiu então como forma de prevenir e combater essa “[...] enfermidade social [...]” (SOSENSKI, 2008, p. 96), inclusive no Brasil; meio para moldar e, quando necessário, regenerar o corpo e a mente daqueles que deveriam ser futuros trabalhadores.

Essa preocupação educacional, que foi enfatizada pelos discursos republicanos no Brasil da virada para o século XX, havia motivado algumas ações governamentais no período imperial. O *Regulamento da Instrução Primária e Secundária no Município da Corte* determinou, em 1854, a matrícula em escolas públicas ou particulares subvencionadas pelo estado dos menores de 12 anos que vagavam pelas ruas do Rio de Janeiro em situação de pobreza e indigência. A esses menores o governo fornecia vestuário e material escolar, prescrevendo que, concluídas as aulas primárias, eles seriam enviados aos Arsenais de Marinha e de Guerra ou para oficinas particulares (contratadas pelo estado) para que aprendessem um ofício. Essa associação entre ensino de primeiras letras e um ofício foi adotada em algumas províncias do império, com o propósito de formar meninos e jovens como sapateiros, serralheiros, ferreiros, marceneiros, entre outros (SCHUELLER, 1999). Nos anos que se seguiram à Lei do Ventre Livre, de 1871, a preocupação em alfabetizar e educar para o trabalho teve desdobramento específico. Inculcar uma nova valorização do trabalho foi característica marcante da proposta de educação da criança escrava, ingênua ou liberta nas últimas décadas do século XIX, que enfatizou o ensino agrícola, mas também estimulou a aprendizagem de ofícios intimamente relacionados com a crescente urbanização do país, tais como os de pedreiro e carpinteiro (FONSECA, 2002)⁴.

³ Neste texto, foi considerado criança aquele entre 0 e 12 anos e jovem aquele entre 12 e 18 anos, seguindo a delimitação difundida no Brasil nos primeiros anos do século XX. Essa delimitação se assemelhava à tabela de A. Becquerel publicada em Paris no ano de 1864 cujas diferentes formas de apropriação e divulgação atravessaram o Atlântico (GONDRA, 2007). A palavra ‘menor’ foi utilizada para designar criança e/ou jovem, seguindo a denominação, variável, do período estudado.

⁴ Em artigo que analisa ações judiciais sobre tutela de menores pobres na comarca de Bragança (estado de São Paulo), nas três últimas décadas do século XIX, Bastos e Kuhlmann Jr. mostram como a crença no trabalho como meio de prevenir a

A prioridade de transformar menores órfãos, abandonados ou delinquentes, vários deles negros ou mestiços, em trabalhadores ganhou destaque ainda mais expressivo com o final da escravidão em 1888 e a instalação da república no ano seguinte. Educar aparecia como meio tanto para a manutenção da sociedade quanto para seu desenvolvimento e prosperidade futura. Como escreveu Marques (2003), a educação para o trabalho era cada vez mais percebida como o remédio contra os perigos decorrentes do ócio e do vício, prevenindo a criminalidade e as desordens sociais.

No século XIX, Liceus de Artes e Ofícios, mantidos por sócios beneméritos e também por subsídios governamentais, foram organizados nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Paulo, Maceió e Ouro Preto. Alguns, com dificuldades, existiram por poucos anos, outros multiplicaram suas atividades, como o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, criado em 1882, cuja importância como formador de mão de obra especializada para o crescente número de indústrias da capital paulista adentrou os Novecentos (CUNHA, 2000; GITAHY, 1986)⁵.

Com o regime republicano, fundado sobre teses liberais e positivistas, a questão da educação tornou-se pauta recorrente de discussões e medidas governamentais que pretendiam estimular o progresso do país. O Decreto Federal nº 7.566, de 23 de setembro de 1909 (CUNHA, 2005), que criou as Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais dos estados da federação, sinalizou uma política de governo para estimular, a partir da determinação de diretrizes gerais, a educação para o trabalho em todo o Brasil. Essas escolas, segundo Queluz (2000), teriam por finalidade ensinar os ofícios manuais e mecânicos mais convenientes para as regiões nas quais estavam localizadas, além do curso primário e de desenho ('de memória, do natural'; de composições decorativas, formas geométricas e de máquinas e peças). Em

delinquência de crianças e jovens foi combinada com a ideia da carência de mão de obra e até "[...] prescindiu da própria inserção institucional, bastando o trabalho como elemento disciplinador e moralizador, trabalho simples que sequer exigia o acesso a conhecimentos sistematizados" (BASTOS; KUHLMANN JR., 2009, p. 65).

⁵ Os Liceus do Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Maceió e Ouro Preto foram organizados, respectivamente, em 1858, 1872, 1880, 1884 e 1886 (CUNHA, 2000). Inaugurado em 1882, o Liceu de São Paulo foi organizado pela Sociedade Propagadora da Instrução Popular. A Sociedade, criada em 1873 por fazendeiros, profissionais liberais e empresários, ministrava "[...] ensino gratuito e noturno às classes menos favorecidas" (GITAHY, 1986, p. 21).

Curitiba, capital do estado do Paraná, a Escola de Aprendizizes e Artífices foi inaugurada em 1910.

Nesse período, outra instituição curitibana destacou-se, o Asilo São Luiz, tanto pelo motivo excepcional de sua criação: abrigar órfãos da epidemia de gripe espanhola, quanto pela rápida diversificação dos menores abrigados e organização de oficinas para oferecer educação profissional aos asilados.

Curitiba, a epidemia de 1918 e os ‘órfãos da gripe’

Entre os últimos anos do século XIX e o final da década de 1910, o crescimento de Curitiba foi expressivo. O município, que contava com 24.553 pessoas em 1890, somava 50.124 moradores em 1900 e 78.986 habitantes em 1920 (MARTINS, 1941). Na região da capital paranaense, viviam muitos dos imigrantes que chegaram ao Paraná, principalmente a partir de 1870, e vários de seus descendentes. Estabelecidas em alguns povoados (as colônias) próximos a Curitiba e na área periférica da cidade, essas pessoas eram atraídas pela possibilidade de trabalho na capital do estado. A economia da região foi estimulada pela indústria de exportação da erva-mate que, desde o final do século XIX, impulsionou a instalação de fábricas e oficinas na cidade e arredores (fundição de máquinas Marumby, fábricas de peças para moinhos e serras, de fósforos, de louças, de calçados, de sabonetes, de cervejas e de produtos alimentícios). A utilização de barricas pelos exportadores de mate estimulou a criação de oficinas de impressão para os rótulos, além da indústria madeireira, que fornecia matéria-prima para a construção de casas e para a fabricação de móveis (LAVALLE, 1981; PEREIRA, 1996; QUELUZ, 2000).

Mas o paulatino crescimento econômico da capital paranaense também acarretou o aumento do número de pessoas sem ocupação fixa ou efetiva perspectiva de emprego, porque não possuíam capacitação adequada para as vagas de trabalho disponíveis. Aumentou em Curitiba o número de desocupados, biscateiros e mendigos e, o que muitos consideravam mais grave, era grande a quantidade de menores entre eles (KARVAT, 1998). Para autoridades governamentais e diversos setores da sociedade curitibana, preocupados com a ordem e a prosperidade econômica da cidade, ações de educação profissional poderiam concorrer para a retirada dessas crianças e jovens das ruas, ao proporcionar o instrumento necessário para a inserção social: a qualificação para o trabalho.

Foi nesse contexto que, em 1918, a epidemia mundial de gripe espanhola ou influenza espanhola matou moradores de Curitiba. A enfermidade já grassava na Europa e África quando, em setembro, começou a fazer vítimas no Brasil depois da passagem pelo país do navio Demerara que, vindo de Liverpool, realizou escala em Lisboa e depois atracou em Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Apesar de desinfecções e quarentenas, o número de enfermos cresceu com rapidez espantosa e as informações que circulavam sobre a doença em todo o território nacional eram assustadoras (BERTUCCI, 2004, 2009). Na capital paranaense e seus arredores, com aproximadamente 75.000 moradores, a enfermidade contaminou 45.249 habitantes, entre outubro e dezembro, e o número de mortos pela moléstia somou 384 pessoas. A maioria das mortes foi de homens e mulheres entre 21 e 50 anos, muitos deles pais e mães de família; conseqüentemente, o número de órfãos cresceu na cidade (SILVA, 2006, p.17-18)⁶. O capelão da Santa Casa de Misericórdia em 1918, padre Jean Michel, percebeu que “[...] muitas vítimas aí falecidas não têm com quem deixar seus filhos” (NOSSA HISTÓRIA, 1978, p. 98). Nesse hospital, os doentes eram cuidados pelas Irmãs da Congregação de São José, religiosas que também improvisaram enfermarias para cuidar dos gripados nas salas do Colégio São José (PIZANI, 2005).

Consagradas ao serviço dos pobres, enfermos e à formação das crianças (CINTRA, 2005), as Irmãs de São José se estabeleceram no Paraná no final do século XIX, com a missão primeira de atuar nas Santas Casas de Misericórdia de Curitiba e de Paranaguá (no litoral do estado). Fiéis ao ideário ultramontano⁷ e da encíclica *Rerum Novarum* (2012)⁸, em

⁶ Sobre a faixa etária da maioria dos mortos pela gripe epidêmica de 1918 no mundo e exemplo da preocupação com os ‘órfãos da gripe’ em outra cidade brasileira (BERTUCCI, 2004).

⁷ Os ultramontanos e os agentes do doutrinamento católico que considerava a primazia da autoridade espiritual sobre o poder político (separação entre a Igreja e o Estado), da fé sobre a ciência, bem como a incompatibilidade da Igreja com a sociedade moderna marcada pelo pensamento liberal. O ultramontanismo foi um projeto de afirmação da Igreja Romana e da ortodoxia católica e de centralização do poder nas mãos do Papa. O movimento ultramontano chegou ao fim com o Concílio Vaticano II (1962-1965) (MANOEL, 2004).

⁸ Uma das expressões do ultramontanismo, a encíclica *Rerum Novarum* promulgada pelo Papa Leão XIII, em 1891, trata de questões do mundo industrial e das sociedades democráticas que se consolidaram no século XIX. A encíclica critica fortemente a falta de princípios éticos e de valores morais da sociedade dos Oitocentos, apontando

poucos anos, já haviam organizado, na capital paranaense, o Colégio São José e o Orfanato Cajuru (para o sexo feminino)⁹. As Irmãs tiveram atuação destacada na cidade durante a gripe espanhola.

Em dezembro de 1918, quando o surto epidêmico deu sinais de que estava chegando ao fim em Curitiba, o número dos ‘órfãos da gripe’ mobilizou a atenção daqueles que haviam trabalhado no combate à enfermidade, pois muitas crianças e jovens não tinham parentes ou quaisquer responsáveis que os amparassem. Foi com o ideal de acolher e educar esses ‘órfãos da gripe’, do sexo masculino¹⁰, que as Irmãs de São José criaram, em 1919, o Asilo São Luiz. A pretensão de formar ‘homens de bem’ para a vida em sociedade fez com que as Irmãs investissem na educação para o trabalho, o que foi possível graças à estreita parceria entre a caridade cristã¹¹ e a filantropia, que se explicita na relação das ações de particulares com as do estado (MARCÍLIO, 2006)¹².

Compartilhada por juristas, médicos, filantropos, educadores e muitos outros, a ideia da regeneração pelo trabalho, verdadeiro ‘antídoto’ aos perigos decorrentes do ócio e do vício, foi difundida por pessoas que entendiam que o progresso do país dependia de ações que tirassem os menores das ruas e os transformassem em indivíduos moralmente

sua matriz laica como uma das grandes causas dos problemas socioeconômicos existentes. O documento defende uma melhor distribuição da riqueza com a manutenção da propriedade privada; aponta a necessidade da intervenção do estado na economia em favor dos mais pobres e desprotegidos, e da caridade do patronato para a resolução de questões com os trabalhadores. Condena o socialismo, que apenas insuflaria o ódio entre as pessoas (RERUM NOVARUM, 2012).

⁹ Sobre a ação das Irmãs de São José no Brasil em instituições asilares e educacionais, veja: Manoel (1996), Negrão (2004). Sobre a atuação da Congregação no Paraná (CARDOSO FILHO, 2009; CINTRA, 2005).

¹⁰ Várias órfãs ficaram sob os cuidados das Irmãs no Orfanato Cajuru.

¹¹ A assistência caritativa, desde a Idade Média, “[...] tem como marca principal o sentimento de fraternidade humana, de conteúdo paternalista, sem pretensão a mudanças sociais. De inspiração religiosa, é missionária e suas formas de ação privilegiam a caridade e a beneficência. Sua atuação se caracteriza pelo imediatismo, com os mais ricos e poderosos procurando minorar o sofrimento dos mais desvalidos, por meio de esmolas ou das boas ações – coletivas ou individuais. Em contrapartida, esperam receber a salvação de suas almas, o paraíso futuro e, aqui na terra, o reconhecimento da sociedade e o *status* de beneméritos” (MARCÍLIO, 2006, p. 134).

¹² Segundo Trindade (1998), a relação entre caridade e filantropia no Brasil, entre o final do século XIX e início do século XX, era perceptível, principalmente, nos casos dos asilos e das casas de órfãos.

educados, em homens ordeiros e trabalhadores. Educar crianças e jovens pauperizados, em instituições correccionais ou asilares educativas, parecer se tornado a fórmula da modernidade (MARQUES, 2003).

Formar bons cidadãos-trabalhadores

Dia 1º de janeiro de 1919, Luiz, de 2 anos, e seu irmão João, de 6 anos, cujos pais haviam morrido de gripe espanhola na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba e não tinham pessoa que os abrigasse, foram encaminhados pelo padre Jean Michel para as Irmãs do Colégio São José. A acolhida do menor Luiz Antenor Lazzarotti marcou o início da ação das Irmãs no recolhimento e cuidado dos ‘órfãos da gripe’. Como as religiosas registraram, “[Luiz] entrou e deu o nome a este estabelecimento” (LIVRO DE REGISTRO, 1919-1937, Ficha n. 1). O Asilo foi instalado provisoriamente em uma pequena casa nos fundos do Colégio São José, na Praça da República (depois Rui Barbosa), n. 138, e, em fevereiro de 1919, foram iniciadas as obras para edificar a sede própria da instituição¹³. A inauguração oficial do Asilo, sob a proteção especial do bispado em parceria com as Irmãs de São José, foi realizada no dia 21 de junho de 1919, por Dom João Francisco Braga, primeiro Arcebispo de Curitiba. As religiosas foram encarregadas da administração da instituição e dos cuidados e educação dos menores (BOLETIM ECLESIAÍSTICO, v. 1948-1957).

Idealizado em momento de crise epidêmica, o Asilo teve suas funções ampliadas em pouco tempo, como informa o *Boletim Eclesiástico* (v. 1948-1957, p. 55, grifo do autor) “[...] asilar órfãos de pais vitimados pela epidemia da ‘influenza espanhola’ e posteriormente amparar e educar órfãos e desamparados”. Poucas semanas depois de receber Luiz e seu irmão, a instituição já abrigava menores classificados como ‘desamparados’, órfãos ou não, alguns deles deixados temporariamente no Asilo pelos pais, parentes ou outros responsáveis (SILVA, 2010). Nos primeiros meses de 1919, Rufino das Neves, Orlando Tomaz, Nivaldo Cordeiro e Sebastião da Costa foram deixados na instituição por seus pais (LIVRO DE REGISTRO, 1919-1937, Fichas n. 8, 11, 14 e 16). No final do ano de 1919, o Asilo São Luiz abrigava 24 crianças e jovens (LIVRO DE REGISTRO, 1919).

¹³ Em alguns textos, o dia 2 de fevereiro de 1919 aparece como a data da fundação do Asilo (NOSSA HISTÓRIA, 1978).

Menores foram encaminhados à instituição por padres, juízes, parentes ou tutores, mas, principalmente, por pais viúvos, mães pobres que viviam sozinhas ou casais sem condições financeiras para criar os filhos. Nas décadas de 1920 e 1930, o expressivo número de crianças deixadas no Asilo São Luiz por suas mães coincidiu com o aumento do número de fábricas curitibanas que, como escreveu Boschilia (1997), cada vez mais empregavam mão de obra feminina, como as de fiação e tecelagem, fita e fitilho. Em 1928, por exemplo, dos 12 menores que entraram no Asilo São Luiz, 4 foram deixados na instituição por suas mães, 2 pelas Irmãs da Divina Providência, 1 pelo avô, 1 pelas Irmãs de São José, 1 pelo Arcebispo de Curitiba, 1 pelo Vigário de Antonina (PR), 1 pelo Prefeito de Jaraguá (PR) e 1 ‘a pedido’ do senhor Emílio Karan (LIVRO DE REGISTRO, 1928). Singular foi o caso dos irmãos Antonio e Lucio: deixados no Asilo em 1924 pelo pai, Gutemberg Pereira dos Anjos, nos registros da instituição, ‘a mãe’ consta como responsável pelos filhos. Dois anos depois, eles foram entregues “[...] novamente à sua responsável [...]”, que estava em condições de ‘manter’ (como foi escrito na ficha de Antonio) ou ‘sustentar’ (como ficou grafado na ficha de Lucio) os menores. O nome da mãe não foi mencionado nem o que teria acontecido ao pai (LIVRO DE REGISTRO, 1919-1937, Fichas n. 108-109)¹⁴.

As Irmãs do Asilo São Luiz acolheram, alimentaram e educaram menores do sexo masculino com o objetivo de formar indivíduos morigerados e trabalhadores, além de católicos tementes a Deus¹⁵. Entre 1919 e a primeira metade dos anos 1920, as religiosas, sob a direção de Irmã Maria dos Anjos, organizaram na instituição o ensino primário seriado, seguindo as determinações legislativas paranaenses, e ministraram aulas com a colaboração de professoras leigas pagas pelo governo do Paraná – uma das formas de ajuda do estado ao Asilo (SILVA, 2010)¹⁶. O ensino primário ofertado pela instituição asilar era de três séries, semelhante ao ensino simplificado comum no meio rural do estado de São Paulo (SOUZA, 2008). Em 1922, os primeiros menores

¹⁴ Nas fichas do Livro de Registro (1919-1937), não há informação sobre a profissão dos pais ou responsáveis dos asilados.

¹⁵ O batizado dos menores, a frequência dos meninos e jovens à missa e outras práticas litúrgicas católicas, além da participação em festas da cristandade, marcaram os dias dos asilados (SILVA, 2010).

¹⁶ No mesmo período, foi organizado um Jardim de Infância no Asilo São Luiz, que manteve suas atividades nas décadas seguintes.

considerados ‘alfabetizados’ saíram do Asilo, entre eles, Orlando Tomaz, que foi deixado na instituição pelos pais (LIVRO DE REGISTRO, 1919-1937, Ficha n. 11). Ao longo dos anos, vários meninos e jovens saíram do Asilo São Luiz sem terminar o 3º ano primário, enquanto outros tiveram a oportunidade de cursar o ensino secundário em instituições públicas e particulares de Curitiba, como o Ginásio Paranaense (o mais tradicional estabelecimento educacional da capital do estado), a Escola Normal e o Instituto Santa Maria (dirigido pelos Irmãos Maristas), que abriram suas portas para aqueles que eram considerados ‘bons alunos’ do Asilo, inclusive com oferta de bolsas de estudo (SILVA, 2010).

Organizado e fiscalizado segundo determinações do *Código do Ensino* estadual, o ensino primário do Asilo, ministrado aos menores do sexo masculino na faixa de escolaridade obrigatória, ou seja, entre 7 e 14 anos, se adequava às exigências do Decreto Estadual nº 17, de 9 de janeiro de 1917 (PARANÁ, 1917a)¹⁷, que explicitava a centralização na fiscalização e a tentativa de padronização do ensino primário, a partir do modelo do grupo escolar (da escola primária graduada)¹⁸. O Código

¹⁷ O Código do Ensino de 1917 alterou e centralizou algumas funções previstas no Código do Ensino de 1915 (Decreto Estadual nº 710, de 18 de outubro) (PARANÁ, 1915). Por exemplo: o Código de 1915 determinava que a responsabilidade pela direção e inspeção do ensino seria do Superintendente de Ensino (cargo que substituiu o de Diretor Geral da Instrução Pública), que presidiria o Conselho Superior do Ensino Primário. Faziam parte do Conselho em 1915: um catedrático da Escola Normal de Curitiba, um(a) professor(a) de grupo escolar; um(a) professor(a) de escola simples, e um(a) professor(a) de jardim de infância ou escola maternal. Dois anos depois, o Secretário do Interior assumiu o lugar antes ocupado pelo Superintendente (o cargo foi extinto em 1916), e os outros conselheiros eram, além de um catedrático da Escola Normal de Curitiba, três diretores(as) escolares (PARANÁ, 1915, art. 9; PARANÁ, 1917a, art. 2). A valorização do diretor escolar, que centralizava as decisões em estabelecimentos de ensino (públicos e particulares) era explicitada. Eles eram, formalmente, considerados as pessoas mais adequadas para representar as escolas e divulgar e implementar resoluções governamentais e pedagógicas entre os professores, estimulando a padronização dos trabalhos escolares (BERTUCCI, 2009).

¹⁸ Sobre a organização dos grupos escolares no Brasil, confira: Souza (1998) e Vidal (2006). No Paraná, o ensino primário era ministrado nos seguintes estabelecimentos públicos: grupos escolares, escolas simples ou isoladas, escola ambulante (que percorria por ano três localidades do estado onde não existisse uma escola primária fixa, ficando em cada lugar três meses e meio). A denominação grupo escolar poderia designar também a escola combinada, que reunia, no mesmo local, mas em salas diferentes, duas ou mais classes ou escolas. Semigrupo era a junção de duas séries em uma mesma sala, com um único professor. Escolas particulares eram

determinava que os alunos recebessem ensinamentos para “[...] orientá-los para a vida prática [...]” e estabelecia que, nas escolas públicas, a prioridade para a matrícula deveria ser das crianças “[...] mais pobres”. (PARANÁ, 1917a, art. 19, p. 13; art. 82, p. 32). Em 19 de junho do mesmo ano, foi estabelecido, pelo Decreto Estadual nº 420, o *Programa do Grupo Escolar Modelo e Similares*. No *Programa*, permeado por ideias do método Intuitivo ou Lições de Coisas (VALDEMARIN, 2000; ZANATTA, 2005), orientação para a ‘vida prática’, em grande medida, sinônimo de vida para o trabalho, era objetivo que perpassava vários artigos, entretanto, o tema ganhava destaque no conteúdo da disciplina Trabalhos Manuais¹⁹.

A disciplina tinha uma parte comum para ambos os sexos, além de atividades diferenciadas para meninos e meninas. O perfil de homem e de mulher que se pretendia forjar era explícito. No primeiro ano, cortar e fazer envelopes, fabricar caixinhas, cestinhas, sacolas e chapéus de papel, além de tecer tiras de papel colorido, eram atividades comuns, que seriam complementadas separadamente: para o sexo masculino, modelagem em barro de sólidos e modelagem em papel de figuras geométricas (cone, cilindro, cubo, paralelepípedo, etc.); para o sexo feminino, alinhavo, desenhos e pontos de haste em pano branco, ponto cruz e crochê — itens que ganhavam complexidade nos anos seguintes, aos quais seriam somados os relacionados à cozinha e organização doméstica (Decreto Estadual nº 420) (PARANÁ, 1917b)²⁰. O ideal da perfeita dona de casa se evidenciava, mas os ensinamentos propostos pelo *Programa do Grupo Escolar Modelo e Similares* poderiam concorrer também para que, quando necessário, meninas e jovens ganhassem, com dignidade, dinheiro para as despesas domésticas e, se não casassem, para o próprio sustento. Atividade feminina que poderia extrapolar o espaço do lar, a costura, as

¹⁹ fiscalizadas pelo governo e estavam submetidas às determinações oficiais de ensino. Neste artigo, disciplina é utilizada como sinônimo de ‘matéria’ e ‘disciplina escolar’ (BITTENCOURT, 2003).

²⁰ No segundo ano, as meninas e os jovens aprendiam a fazer bainhas e pesponto, cerzir meias e fazer remendos, além de pequenos trabalhos em crochê. No terceiro ano, faziam preguiados e caseavam, pregavam botões e colchetes, marcavam roupas e realizavam mais trabalhos em crochê. No quarto ano, além de remendos, cerzidos e bainhas, as menores aprendiam a aplicar rendas e bordados, confeccionar toalhas de franja e macramê, fazer toucas, camisolas de lã e sapatinhos, corte e costura de saias, calças e fronhas, bordados em lã e seda, além de noções de cozinha e arranjos domésticos (Decreto Estadual nº420) (PARANÁ, 1917b).

rendas e os bordados foram, desde o tempo do Brasil colônia, o ganha pão de várias mulheres pobres, sozinhas ou abandonadas, em diferentes localidades do país (DIAS, 1984)²¹.

Quanto aos meninos, o *Programa do Grupo Escolar Modelo e Similares* determinava, para o segundo ano primário, o ensino de modelagem em barro (sólidos, frutas, folhas), pequenos trabalhos em barbante e empalhamento de cadeiras. No terceiro ano, além de trabalhos de modelagem, relevo de mapas, preparo da terra e cuidado com as plantas, os alunos aprendiam tecelagem, trabalhos simples em madeira (com canivete) e o manuseio do esquadro, serrote, compasso e metro. O quarto ano deveria ampliar as atividades do ano anterior (Decreto Estadual nº420) (PARANÁ, 1917b).

Atividades com papel e na terra poderiam não representar novidade ou especificidade do *Programa do Grupo Escolar Modelo e Similares*, pois muitas crianças viviam entre o meio rural e o urbano, mas a ênfase em trabalhos com madeira (incluindo o manejo do esquadro, serrote, compasso e metro) e em tecelagem apontava para a inserção dos menores em atividades cujo número de oficinas e fábricas crescia no Paraná, principalmente na região de Curitiba. Assim, seguir o *Programa* significava proporcionar uma iniciação ao mundo do trabalho, mesmo considerando que modelar relevo de mapas, de sólidos e de figuras geométricas indicasse a possibilidade (remota para a maioria) de diversificadas atividades. Mas a intenção declarada no *Programa do Grupo Escolar Modelo e Similares* não era tornar a escola primária um curso profissional: “[...] a escola não é oficina; aí as crianças aprendem apenas como é que se faz e em casa que façam aquilo que precisarem, por isso todos os trabalhos serão pequenos afim de não gastarem muito tempo” (Decreto Estadual nº 420) (PARANÁ, 1917b, p. 289). Entretanto, é impossível deixar de considerar que o conteúdo da disciplina Trabalhos Manuais iniciava os alunos em alguns ofícios, cumprindo a função de

²¹ Do outro lado do Atlântico, na França da virada para o século XX, em um período em que se evidenciava a cisão entre o local de trabalho e o domicílio, a máquina de costura, utilizada nas residências para cumprir tarefas pré-determinadas pelas tecelagens, tornou possível a realização do ‘ideal feminino’, por permitir que a mulher conciliasse suas atividades de esposa, mãe e trabalhadora em um único espaço: o da casa (PERROT, 2005, p. 223-239). No mesmo período, em Curitiba, a proliferação de ateliês de costura representou perspectiva de trabalho (muitas vezes, estafante) para várias jovens em um período marcado pelo crescimento urbano e pela proliferação de atividades fabris e comerciais (TRINDADE, 1996, p. 164-166).

‘orientá-los’ para a vida em sociedade, como determinava o Código do Ensino de 1917 (PARANÁ, 1917b, art. 19).

No Asilo São Luiz, a organização do ensino primário e a instrução dos asilados em atividades manuais ocorreram de forma paralela. Nos primeiros meses de funcionamento da instituição, as atividades manuais corresponderam, em grande parte, ao conteúdo da disciplina Trabalhos Manuais do *Programa do Grupo Escolar Modelo e Similares*, mas, entre o segundo semestre de 1919 e os primeiros anos da década de 1920, oficinas foram organizadas no Asilo: primeiro, a de marcenaria, depois as de sapataria e alfaiataria. Escolhas nada aleatórias. Na época de organização dessas oficinas, anúncios publicados nos jornais curitibanos sinalizavam a carência de trabalhadores qualificados para essas atividades: “Marceneiros, precisa-se do bom, na casa Leão, paga-se bem” (GAZETA DO POVO, 1921, p. 3). “Sapateiros, precisa-se de bons sapateiros para calçados de homens e rapazes, na Rua José Bonifácio, 9” (GAZETA DO POVO, 1924, p. 3). “Alfaiate, oficial ou meio oficial para trabalhar na oficina, precisa-se na Rua Roctcliff nº 8” (GAZETA DO POVO, 1926b, p. 4). Contexto certamente decisivo para que as Irmãs de São José decidissem criar as oficinas, ajustando a instituição “[...] à predestinação social da clientela [...]”, como escreveu Faria Filho (2001, p. 86).

Com a inauguração das oficinas, pouco a pouco, o Asilo São Luiz foi se transformando em uma instituição na qual os menores, além de abrigados, podiam escolher uma profissão por meio da utilização da bancada ou do manuseio de algumas ferramentas, do trabalho em pedaços de maneira ou com a máquina de costura. As Irmãs de São José, segundo ficou registrado, incentivavam cada criança e jovem a escolher “[...] o ofício que mais condizia com suas aptidões” (REVISTA..., [1969], p.2). Se isso efetivamente acontecia, a escolha era, em geral, limitada aos três cursos profissionalizantes oferecidos no próprio Asilo: marcenaria, sapataria e alfaiataria. Entretanto, alguns menores, excepcionalmente, aprenderam outros ofícios fora da instituição, como os de datilógrafo, encadernador, tipógrafo e mecânico.

A oficina de marcenaria do Asilo começou modesta, formada por uma bancada e poucas ferramentas. Os menores confeccionavam brinquedos de madeira, como berços de boneca e carrinhos de mão, que não exigiam habilidades mais qualificadas: eram atividades parecidas com as desenvolvidas nas salas das escolas primárias. Mas, no Asilo, o local de ensino era especializado – uma oficina – e em pouco tempo a

capacitação dos menores foi ampliada. Em 1924, o ‘mestre de carpintaria’²² Emilio Maurer foi nomeado pelo governo do estado para ensinar na instituição (SILVA, 2010).

A Figura 1, provavelmente de 1926, mostra a oficina instalada em ambiente arejado, com bancadas e diversas ferramentas. A imagem mostra grandes tábuas ou laminados apoiados nas vigas do teto. Madeira de boa qualidade, bem seca, era garantia de bons produtos. A fotografia registra, em primeiro plano, como os trabalhos realizados pelos menores diversificaram-se, ganhando em complexidade: meninos seguram partes de cadeiras, um assento e encostos, e, do lado direito da imagem, ladeada por dois menores, um deles com um martelo na mão, está uma cadeira pronta, um móvel cuja fabricação exigiu conhecimento especializado, trabalho minucioso e acabamento detalhado. Os outros menores fotografados parecem emoldurar a cena principal.

Figura 1 – Oficina de marcenaria [1926?].



Fonte: Documentos avulsos.

²² Algumas vezes utilizadas de forma indistinta (inclusive, pelas Irmãs do Asilo), a palavra marceneiro designa o artesanato especializado na transformação da madeira em móveis, peças decorativas, utilitários e objetos de arte das mais variadas formas, e a palavra carpinteiro nomeia aquele que trabalha com madeira na construção civil. Existem marceneiros que também são carpinteiros e vice-versa.

Sintonizado com o gosto da época, o acabamento de vários trabalhos realizados na marcenaria do Asilo São Luiz era inspirado no estilo *art nouveau*, que se difundiu entre as escolas profissionalizantes na década de 1920, como o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, e que exigia conhecimento e técnica de entalhe e desenho (GITAHY, 1986; RIBEIRO, 1986). Como anunciavam os jornais curitibanos, a marcenaria do Asilo fazia móveis torneados, marchetados, com reproduções de flores, frutos e folhas, como salas de jantar de imbuia (mesa e cadeiras estofadas, cristaleira e ‘colunas’) e jogos de quarto completo (cama, guarda-roupa, penteadeira e criados-mudos) (GAZETA DO POVO, 1931; CRUZEIRO, 1932). Em 1932, texto do jornal *Cruzeiro* frisava: “[...] os trabalhos aqui expostos [um jogo de quarto] foram confeccionados pelos próprios orfãos nas oficinas do Asylo S. Luiz” (CRUZEIRO, 1932, p. 7). A frase, que pretendia valorizar o produto, difundia a educação profissional realizada no Asilo e apresentava os asilados para a sociedade curitibana como hábeis trabalhadores.

Para a criação, manutenção e ampliação das oficinas, as Irmãs do Asilo São Luiz recorreram diversas vezes ao governo estadual, aos políticos paranaenses e aos moradores de Curitiba. A prática epistolar solicitando e agradecendo auxílio era frequente e a forma da correspondência variava ligeiramente, dependendo do destinatário. No início dos anos 1920, para a organização da oficina de sapataria, que também necessitaria de um professor especializado, a diretora da instituição, Irmã Maria dos Anjos, apelou para as esferas de poder estadual e federal. Com nuances diferentes, as cartas utilizavam palavras certas, lembrando ao presidente do Paraná que a educação era “[...] um problema de importância para o Estado [...]” (CADERNO DE CARTAS, [192-], p. 39) e ao representante paranaense no Congresso Nacional, que seria justa a “[...] subvenção ou auxílio Federal” (CADERNO DE CARTAS, [192-], p. 41) para o Asilo.

Exmo. Sr. D. Presidente do Estado do Paraná

A abaixo assignada, directora do Asylo São Luiz tendo necessidade de instalar uma escola de sapataria para os órfãos a seu cargo vem por este meio pedir a V. Excia, autorizar o thesouro a entregar ao Asylo, mensalmente a importância de cento e cinquenta mil reis afim de pagar o mestre de sapataria²³.

²³ Real, plural réis: \$100 (cem réis), 100\$000 (cem mil réis), 100:000\$000 (100 contos de réis). Nesse período, em Curitiba, um número avulso do jornal *Gazeta do Povo*

Tendo a educação destes meninos um problema de mais importância para o Estado, confio que V. Excia. conceda o que ora peço em nome da população desvalida desta cidade.

Nestes Termos

P. Deferimento. (CADERNO DE CARTAS, [192-], p. 39).

Exmo. Sr. Arthur Martins Franco

D.D. Deputado Federal

Respeitosas saudações

Venho importunar V. Exa. para que faça valer seu prestígio perante o Congresso afim de que o Asilo de órfãos de S. Luiz receba, como é justo uma subvenção ou auxílio Federal.

Acha-se o Asylo com 80 meninos, e não tendo outro patrimônio o[u] recurso do que 500\$000 do Estado e 100\$000 da Câmara Municipal, o que faz 600\$000 por mez, o[u] 20\$000 por dia, ou seja, 250 reis por menino para alimento e roupa.

Essa subvenção tanto mais necessário se tornou agora que o Asylo mantém uma boa escola de carpintaria e organizou uma de sapataria, aguardando somente recursos para pagar o professor. Seria pois uma obra de caridade e patriotismo e um optimo serviço que V. Exa. prestaria ao Estado alcançando a subvenção que ora impetiro e não duvidando da muito boa vontade de V. Exa. Desde já me confesso grata.

Deus guarde V. Exa.

A humilde ... (CADERNO DE CARTAS, [192-], p. 41).

Voto de proteção divina estava em outra missiva, escrita em tom menos formal que as anteriores, que Irmã Maria dos Anjos enviou a um ‘benfeitor’ (denominação dos assíduos colaboradores do Asilo), solicitando ajuda para a criação da oficina de sapataria.

Exmo. Sr. Dr. Luiz Bartholomeo

Louvado Seja N. Senhor Jesus Christo

Sendo necessário instalar no Asylo de órfãos de São Luiz, do qual sou directora, uma escola de sapateiros e cuja montagem, modestíssima embora, sempre attinge a uns dois contos e como V. Excia já é considerado neste orphanato como um dos seus benfeitores, venho solicitar um auxílio em favor desta obra e para este fim. Faço voto a Deus pela conservação de vossa preciosa existência e subscrevo-me como humilde serva em Nosso Senhor Jesus Christo. (CADERNO DE CARTAS, [192-], p. 40).

custava \$100 e a assinatura anual 25\$000; uma sombrinha custava 10\$000 (GAZETA DO POVO, 1920).

A oficina de sapataria foi organizada, como mostra a fotografia tirada em 1926 (Figura 2). Estrategicamente acomodados, os meninos e jovens estão atentos ao fotógrafo e, assim, olham para o observador da fotografia. Eles exibem ferramentas que seriam necessárias para cortar e costurar, moldar e pregar o couro; moldes/fôrmas ('pés' de madeira) e pares de sapatos estão expostos na parede. Alguns menores usam o avental próprio do ofício, para não sujar a roupa durante o trabalho, muitas vezes realizado próximo ao corpo. No fundo da cena, destacado do grupo, um menino está sentado em frente da máquina utilizada para costurar o couro, que depois seria moldado e fixado na sola do sapato. Em último plano, à direita, está o professor. O mestre é facilmente identificável pela roupa e postura, como, em geral, acontecia nas imagens de fábricas com diretores, gerentes etc. (CIAVATTA, 2002). A fotografia valoriza e promove os asilados e o trabalho que realizavam. Segundo Burke (2004), as imagens de menores trabalhando (tanto quanto de acidentados ou de pessoas nos cortiços) eram geralmente realizadas para despertar a solidariedade dos espectadores.

Figura 2 – Oficina de sapataria [1926?].



Fonte: Documentos avulsos.

A sapataria do Asilo São Luiz ganhou as páginas dos jornais curitibanos desde seus primeiros dias de funcionamento. Durante anos,

anúncios publicados nos jornais ofereceram aos moradores de Curitiba os serviços dos menores sapateiros. Em 20 de setembro de 1936, como em outras datas, a *Gazeta do Povo* anunciou os preços cobrados pelos asilados pelos trabalhos que realizavam em sapatos de homens e mulheres: sola inteira, meia-sola ou saltos²⁴. Os menores atendiam ‘pedido[s] ao domicílio’. A propaganda, indiretamente, corroborava a eficiência da formação dos menores do Asilo São Luiz e também evidenciava uma aproximação das crianças e jovens, como trabalhadores, com os moradores da cidade (GAZETA DO POVO, 1936)²⁵.

Em tempos de difusão da imprensa no Brasil²⁶, as Irmãs de São José usaram, e muito, os periódicos de Curitiba para divulgar o trabalho dos menores, assim como para manter e estreitar laços com a população da capital paranaense e conseguir ajuda para o funcionamento do Asilo. O jornal *Gazeta do Povo*, um dos periódicos curitibanos de maior circulação no período, colaborou, de forma intensa, com a divulgação de campanhas, recitais, festas natalinas e outras atividades socioculturais que tinham o objetivo de auxiliar a instituição e seus asilados. Industriais, comerciantes, políticos, militares, professores, anônimos ou não, vários deles denominados publicamente ‘benfeitores’, colaboraram com o Asilo e, assim, legitimaram as ações da instituição, delegando às Irmãs a responsabilidade de cuidar, educar e profissionalizar meninos e jovens considerados desamparados. Entre os colaboradores da instituição, avultavam as chamadas ‘damas de caridade’, mulheres cujas ações, segundo a *Gazeta do Povo*, foram importantes para a manutenção e ampliação do Asilo nas primeiras décadas de funcionamento²⁷.

²⁴ Conforme o anúncio: “[...] calçados para homens solado a ponto: 10\$000; ½ sola a ponto: 6\$000; sola inteira Luiz XV: 8\$000; ½ sola Luiz XV: 4\$000; saltos para homens: 2\$000; saltos para senhoras: 1\$000” (GAZETA DO POVO, 1936, p. 6).

²⁵ Não foi possível saber se os menores das três oficinas recebiam pecúlio pelo trabalho que realizavam, ou se toda a arrecadação com o trabalho feito era revertida para a manutenção do Asilo e de suas oficinas.

²⁶ Sobre a imprensa no Brasil, veja o trabalho pioneiro de Sodré (1966) e as considerações sobre os periódicos, sua história e a história produzida por meio deles, em Luca (2010).

²⁷ ‘Damas de caridade’ era denominação difundida pelos periódicos para nomear as mulheres, muitas vezes organizadas em grêmios (das Violetas, Glicínias, Camélias, etc.) ou associações beneficentes, que realizavam atividades sociais (como chás, jantares, festas populares) e culturais (como os recitais) com o intuito de colaborar, por meio de arrecadação de fundos, alimentos, roupas, etc., com instituições

A maioria das ofertas, dinheiro ou produtos (que variavam de sacas de açúcar a tijolos), era entregue diretamente para a direção do Asilo São Luiz, mas as doações em dinheiro também eram feitas por meio do jornal *Gazeta do Povo*, que, em 1927, alertava a comunidade curitibana: “[...] devemos prevenir a todos, porém, que só a *Gazeta do Povo* está autorizada a pedir donativos para o Asylo S. Luiz e se caso o doador preferir poderá levar diretamente no local” (GAZETA DO POVO, 1927, p. 3). Algumas doações eram realizadas em nome de crianças, como das meninas Enoé e Neuza, 10\$000; outras em memória de um ente querido, como a oferta realizada “[...] em memória do saudoso João Soriano da Costa, 10\$000 [...]” (GAZETA DO POVO, 1926a, p. 5, 1930, p. 3)²⁸. O jornal publicava periodicamente a relação das quantias e o repasse feito às Irmãs. Em fevereiro de 1923, a *Gazeta do Povo* informava: “[...] à irmã superiora do Asylo S. Luiz, fizemos hoje entrega da quantia de 110\$000 que se achava em nosso poder para este fim” (GAZETA DO POVO, 1923, p. 5).

A colaboração de ‘benfeitores’, ‘damas de caridade’, autoridades governamentais e outros moradores de Curitiba tornou possível a inauguração da terceira oficina no Asilo São Luiz, a de alfaiataria.

Em fotografia da oficina, tirada na década de 1920 (Figura 3), o destaque é o menino sentado em frente da máquina de costura. Máquina, sinal de modernidade, da qualidade do ensino ministrado na oficina. Um instrumento cuja utilização, para os leigos, era mais evidente no trabalho da alfaiataria que no da sapataria. No fundo da cena, está o professor. Seria o mesmo mestre de ofício da oficina de sapataria? Ensinar nas duas oficinas era possível, afinal corte e costura (inclusive, utilizando máquina), mesmo que em materiais e em proporções diferentes, fazia parte das atividades de sapateiro e alfaiate. Dois ofícios que redirecionavam, há décadas, o manejar de alguns instrumentos (de costura) e materiais (tecido e linha) que eram femininos por excelência e estavam, inclusive, presentes nos itens ensinados para meninas na disciplina Trabalhos Manuais do *Programa do Grupo Escolar Modelo e*

curitibanas que tinham como meta socorrer os mais pobres, especialmente crianças e jovens.

²⁸ Como forma de agradecimento aos colaboradores, as Irmãs do Asilo, por vezes, ofertavam um cartão com a fotografia dos menores e uma dedicatória no verso. Em 1931, escreveram: “Mui respeitável Sr. Zilli, o Asylo S. Luiz vem em peso, dar as boas vindas ao seu querido benfeitor, e beijar-lhe as mãos desejando-lhe muitas felicidades” (DOCUMENTOS AVULSOS).

*Similares*²⁹. Peculiaridades de atividades profissionais que se evidenciavam nos cursos profissionalizantes.

Figura 3 – Oficina de alfaiataria [192-].



Fonte: Documentos avulsos.

Em 1927, quando o *Código de Menores* brasileiro regulamentou medidas de proteção à criança abandonada (como a guarda, tutela, vigilância e educação) e legitimou, com algumas ressalvas, o trabalho do menor, o Asilo São Luiz já mantinha suas três oficinas que educavam para o mundo do trabalho (Decreto Federal nº 17.943-A) (BRASIL, 1927)³⁰. Desde os primeiros dias de funcionamento até o final de 1937, a instituição asilar contabilizou a formação de 53 marceneiros, 40 sapateiros e 24 alfaiates³¹; além de 3 guarda-livros, 2 tipógrafos, 2

²⁹ A confecção de roupas para homens adultos, que requeria proximidade e, por vezes, contato com o corpo masculino, e a de calçados, que, em geral, exigia força para moldar o couro e a utilização de pregos e martelos, foram atividades masculinas, pelo menos, até as primeiras décadas do século XX.

³⁰ Segundo o *Código de Menores* de 1927, Capítulo IX, Art. 107 (BRASIL, 1927, p. 68), “[...] nos institutos em que é dada instrução primária, não pode passar de três horas por dia o ensino manual ou profissional para menores abaixo de 14 anos, salvo se possuírem o aludido certificado de curso elementar, e contarem com mais de 12 anos de idade”.

³¹ Não foi possível saber se existiram programas de formação para os menores nas oficinas do Asilo São Luiz, portanto foi impossível separar os meninos e jovens que completaram todo o processo de formação profissional, idealizado na instituição,

datilógrafos, 2 empalhadores, 1 entalhador, 1 mecânico. Completaram o ensino primário e não se profissionalizaram: 81 menores. Frequentaram parcialmente o ensino primário e não se profissionalizaram: 29 menores (LIVRO DE REGISTRO, 1919-1937)³².

Entre os 128 menores que se profissionalizaram, alguns saíram da instituição com emprego garantido, outros, como Casemiro Spira, atuaram como autônomos. Spira permaneceu na instituição por 6 anos, deixou o Asilo em 15 de março de 1934 e montou a própria alfaiataria em Fernandes Pinheiro (município paranaense) (LIVRO DE REGISTRO, 1919-1937, Ficha n. 179). Entre os que já saíram empregados do Asilo estava Romeo Pereira, que se formou alfaiate e ‘empregado’ deixou a instituição, com 16 anos, no dia 28 de setembro de 1929. Cerca de dois anos depois, em 20 de julho de 1931, Elias Humeney, com 19 anos, saiu do Asilo para trabalhar como marceneiro na empresa Maida & Cia, e, em 1934, Osvaldo Carvalho, com 20 anos, saiu da instituição para trabalhar como encadernador na empresa de João Haupt & Cia (LIVRO DE REGISTRO, 1919-1937, Fichas n. 34, 41 e 191).

O destino dos egressos do Asilo São Luiz variou: de sacerdotes a internos na Escola de Reforma do Estado, destinada aos menores infratores³³. Alguns foram expulsos da instituição por insubordinação. Um foi dentista, outro foi empresário e político (SILVA, 2010). Nos primeiros anos de existência, a partir de janeiro de 1919, o Asilo São Luiz acolheu menores com idades que oscilaram, no dia de entrada na instituição, entre cinco meses (Hugo Montanari Junior, em 1919, caso único) e 14 anos (entre outros, Onofre Ribeiro, em 1934, um dos últimos asilados com esta idade) (LIVRO DE REGISTRO, 1919-1937, Fichas n. 6 e 272). O tempo de permanência dos menores no Asilo foi variado e a idade da saída da instituição também: Alberto Roque deixou o Asilo em 1926, com 14 anos, como empalhador de cadeiras; Paulo Montanari (irmão de Hugo) saiu do Asilo com 19 anos, em 1931, depois de aprender

daqueles que frequentaram parte das atividades relacionadas à profissionalização.
³² Em várias fichas, não existe informação sobre frequência à escola primária ou sobre profissionalização.

³³ A Escola de Reforma e Preservação foi criada pelo governo do Paraná no ano de 1926, para atender menores abandonados e infratores, com o objetivo de regenerar delinquentes. Em 1928, a instituição, mais conhecida como Escola de Reforma do Estado, uniu-se ao Instituto Disciplinar, que existia na Estação Experimental do Bacacheri, e foi associada ao Patronato Agrícola (COLOMBO, 2002).

datilografia e formar-se guarda-livros. (LIVRO DE REGISTRO, 1919-1937, Fichas n. 4 e 64). Entre 1919 e 1937, os menores cujos registros foram arquivados na instituição somaram 354 crianças e jovens. Desse total, segundo informação do Livro de Registro, 271 eram brancos, 42 morenos, 21 pardos e 20 negros (LIVRO DE REGISTRO, 1919-1937). Alguns chegaram à instituição com poucos anos de vida, muitos foram alfabetizados no próprio Asilo, outros já haviam aprendido as primeiras letras e noções de trabalhos manuais em escolas primárias de Curitiba e região. Todos os menores asilados foram incentivados a aprender um ofício.

Considerações finais

Nos anos 1930, mudanças no ensino, implementadas pelo Ministério de Educação e Saúde Pública do governo Getúlio Vargas, foram decisivas para os rumos da educação profissional no Asilo São Luiz. No ensino primário, essas transformações, baseadas no escolanovismo, integraram disciplinas, criaram salas-ambientes, estimularam a realização de excursões e a realização de atividades agrícolas, com a pretensão de ‘racionalizar’ os estudos e proporcionar uma ‘educação integral’ ao aluno, rompendo com a rotina das salas de aula. A escola deveria possibilitar ao estudante a descoberta de suas aptidões e de sua vocação profissional (SOUZA, 2008). Como escreveu Vidal, entre os anos 1920 e 1930, houve o aprofundamento de mudanças iniciadas com a organização dos grupos escolares, no final do século XIX (VIDAL, 2000). É delineada então uma articulação mais efetiva entre a escola primária e a sociedade, o mundo do trabalho.

Mas foi no ensino secundário, conjugada com transformações nos cursos profissionalizantes, que essa articulação escola-mundo do trabalho foi implantada de maneira destacada, desde a gestão Francisco Campos no Ministério (CINTRA, 2005). A partir de 1934, o Decreto Federal 4.779, de 16 de maio, vinculou a profissionalização ao ensino secundário (CUNHA, 2005), o que representou golpe irreparável para o ensino profissional no Asilo São Luiz, pois a instituição ofertava ensino primário e, de forma independente, possibilitava aos asilados a aprendizagem nas oficinas de marcenaria, sapataria e alfaiataria. Em 1937, novas determinações do governo federal decretaram a separação, em termos curriculares, dos cursos secundários dos técnicos secundários, embora pudessem ser ofertados lado a lado (CUNHA, 2005). Paralelamente, a

Constituição de 1937 promulgou a responsabilidade do estado na formação de crianças e jovens, reconhecendo a profissionalização como um dever do governo federal, “[...] fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais” (BRASIL, 1937, art.129, p. 103). Instituição destinada ao recolhimento e cuidado de menores que faziam parte da “[...] população desvalida” de Curitiba (CADERNO DE CARTAS, [192-], p. 39), o Asilo São Luiz não dispunha de estrutura para oferecer a profissionalização nos moldes legislativos que se configuravam. Seriam necessárias mudanças curriculares, novos mestres, reformas do espaço físico e, principalmente, alterações significativas no perfil de uma instituição que era asilar. Como poderiam ofertar ensino profissional secundário?

Em 1937, as máquinas foram retiradas das oficinas de marcenaria, sapataria e alfaiataria do Asilo São Luiz. A idade máxima de permanência dos menores no Asilo, acompanhando as mudanças legislativas do ensino, baixou, oficialmente, para 12 anos (REVISTA..., [1969]). Entretanto, alguns jovens de 12 anos ou mais ainda foram admitidos na instituição: em janeiro de 1937, Manoel Soares Costa, 12 anos, ingressou no Asilo; em maio do mesmo ano, Delmar Ferreira de Almeida, com 14 anos, foi admitido na instituição (LIVRO DE REGISTRO, 1919-1937, Fichas n. 290 e 347). Exceções em um período de transformações irreversíveis no Asilo São Luiz, que iniciaria outra fase de sua história, redirecionando suas atividades relacionadas ao mundo do trabalho para o que era denominado ‘artesanato’: a confecção de cabides, porta-escovas, descansos de pratos, porta-toalhas etc. (REVISTA..., [1969]). Nos anos seguintes, segundo artigo da revista *A Divulgação* ([194-], p. 9)³⁴

[...] ao completarem os pequenos [do Asilo São Luiz] a idade de 12 ou 13 anos, são entregues a seus pais, se os tiverem, ou ao Juizado de Menores, que lhes dá destino, empregando-os, matriculando-os nas Escolas Rurais ou Profissionais do Governo ou outras.

No Asilo São Luiz, entre 1919 e 1937, as Irmãs de São José cumpriram, em grande medida, a missão a que se propuseram: acolher e

³⁴ Em 27 de fevereiro de 1940, o governo do estado do Paraná determinou a idade máxima de 10 anos para um menor permanecer no Asilo São Luiz (Decreto Estadual nº 9.590) (PARANÁ, 1940).

fazer de crianças e jovens ‘desvalidos’ (denominação utilizada por Irmã Maria dos Anjos) menores tementes a Deus, educados, trabalhadores. Missão que contou com o aval e a colaboração imprescindível de diversos curitibanos. Frase publicada no jornal *Gazeta do Povo*, no início dos anos 1930, expressava a opinião de muitos moradores da capital paranaense: “[...] o Asilo São Luiz é uma instituição dedicada na formação de corações infantis, para transformá-los nos cidadãos probos de amanhã” (GAZETA DO POVO, 1933, p. 3). Mas também é preciso lembrar que muitos menores que passaram pela instituição seguiram outros rumos, como o primeiro interno do Asilo, Luiz, que deu o nome para a instituição: com 12 anos, depois de fazer curso de marceneiro, ele foi transferido para a Escola de Reforma do Estado. Nada mais se soube dele, nem o que teria motivado a transferência. (LIVRO DE REGISTRO, 1919-1937, Ficha n. 1). Vários casos, diferentes histórias de crianças e jovens asilados em uma instituição católica curitibana que, nas primeiras décadas do século XX, pretendia educar para a vida em sociedade, sociedade do trabalho.

Fontes

A DIVULGAÇÃO. Curitiba, ano II, n. 17-18, p. 9-10, abr./maio [194-]. Arquivo do Convento Cajuru.

BOLETIM ECLESIAÍSTICO. Arquidiocese de Curitiba, v. 1948-1957. Arquivo da Cúria Metropolitana de Curitiba.

CADERNO DE CARTAS. [192-]. Arquivo do Convento Cajuru.

DOCUMENTOS AVULSOS. Fotografias, cartão. Arquivo do Lar dos Meninos de São Luís.

LIVRO DE REGISTRO. Arquivo do Lar dos Meninos de São Luiz, 1919-1937.

NOSSA HISTÓRIA. Central. Curitiba, 1978. Tomo 1. Arquivo do Convento Cajuru. (Texto datilografado).

REVISTA de Comemoração do Cinquentenário Lar dos Meninos de São Luis: 50 anos de atividade. Curitiba, [1969]. Arquivo do Lar dos Meninos de São Luiz.

Referências

ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.

BASTOS, A. C. C. L.; KUHLMANN JR., M. Órfãos tutelados nas malhas do judiciário (Bragança – SP, 1871-1900). *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 136, p.

41-68, jan./abr. 2009.

BERTUCCI, L. M. *Influenza, a medicina enferma*. Campinas: Unicamp, 2004.

BERTUCCI, L. M. Educar para a saúde e o trabalho. Legislação paranaense, década de 1910. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO LATINO-AMERICANA. 9, 2009, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: CIHELA, 2009.

BITTENCOURT, C. M. F. Disciplinas escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA, M. A. T.; RANZI, S. M. F. (Org.). *História das disciplinas escolares no Brasil*. Bragança Paulista: Edusf, 2003. p. 9-38.

BOSCHILIA, R. Mulheres descendentes de imigrantes e o espaço fabril. In: TRINDADE, E. M. C.; MARTINS, A. P. V. (Org.). *Mulheres na história: Paraná, séculos XIX e XX*. Curitiba: DH/UFPR, 1997. p. 113-126.

BRASIL. Decreto Federal, nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Código de Menores. In: ALMEIDA, F. H. M. (Org.). *Código de Menores*. São Paulo: Saraiva, 1960. p. 31-117.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937. In: COSTA PORTO, W. (Org.). *Constituições Brasileiras: 1937*. 2. ed. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia; Centro de Estudos Estratégicos, 2001. v. IV. p. 69-115.

BRESCIANI, M. S. M. Lógica e dissonância. Sociedade de trabalho: lei, ciência e resistência operária. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 7-44, set. 1985, fev. 1986.

BURKE, P. Testemunha ocular, história e imagem. Bauru: Edusc, 2004.

CARDOSO FILHO, R. *São José, colégio de Castro 1904-1994*. 2009. 311f. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

CHALHOUB, S. *Cidade febril*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHEVALIER, L. Clases laborieuses et classes dangereuses a Paris, pendant la première moitié du XIXème. Paris: Librairie Générale Française, 1978.

CIAVATTA, M. O mundo do trabalho em imagens, a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CINTRA, E. P. U. *Ensino profissional feminino em Curitiba*. A Escola de Comércio São José (1942-1955). 2005. 281f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

COLOMBO, I. *O adolescente infrator e o sistema de ensino paranaense: a trajetória da Escola para Menores Professor Queros Filho (1965-1992)*. 2002.

192f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

CRUZEIRO. Curitiba, 3 jan. 1932. p. 7. Círculo de Estudos Bandeirantes.

CUNHA, L. A. O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata. São Paulo: Unesp, 2000.

CUNHA, L. A. O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2005.

DIAS, M. O. L. S. *Quotidiano e poder em São Paulo do século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FARIA FILHO, L. M. *República, trabalho e educação: a experiência do Instituto João Pinheiro 1909/1934*. Bragança Paulista: Edusf, 2001.

FONSECA, M. V. *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: Edusf, 2002.

GAZETA DO POVO, Curitiba, 10 jun. 1920. p. 3.

GAZETA DO POVO, Curitiba, 31 ago. 1921. p. 3.

GAZETA DO POVO, Curitiba, 3 fev. 1923. p. 5.

GAZETA DO POVO, Curitiba, 30 jul. 1924. p. 3.

GAZETA DO POVO, Curitiba, 11 mar. 1926a. p. 5.

GAZETA DO POVO, Curitiba, 18 ago. 1926b. p. 4.

GAZETA DO POVO, Curitiba, 14 dez. 1927. p. 3.

GAZETA DO POVO, Curitiba, 15 nov. 1930. p. 3.

GAZETA DO POVO, Curitiba, 24 maio 1931. p. 3.

GAZETA DO POVO, Curitiba, 05 fev. 1933. p. 3.

GAZETA DO POVO, Curitiba, 20 set. 1936. p. 6.

GITAHY, M. L. C. Qualificação e urbanização em São Paulo: a experiência do Liceu de Artes e Ofícios (1873-1934). In: RIBEIRO, M. A. R.; CAETANO, C. G.; GITAHY, M. L. C. *Trabalhadores urbanos e ensino profissional*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1986. p. 19-118.

GONDRA, J. G. Cronologia da vida e formas da escola. In: BENCOSTTA, M. L. A. (Org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 212-236.

KARVAT, E. C. *A sociedade do trabalho: discursos e práticas de controle sobre*

a mendicidade e a vadiagem em Curitiba, 1890-1933. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

LAVALLE, A. M. *A madeira na economia paranaense*. Curitiba: Grafipar, 1981.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 111-153.

MANOEL, I. A. *Igreja e educação feminina (1859-1919)*. São Paulo: Unesp, 1996.

MANOEL, I. A. *O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento Católico (1800-1960)*. Maringá: Eduem, 2004.

MARCÍLIO, M. L. *História social da criança abandonada*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MARCÍLIO, M. L. A criança abandonada na história de Portugal e do Brasil. In: VENANCIO, R. P. (Org.). *Uma história social do abandono de crianças*. De Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX. São Paulo: Alameda, 2010. p. 13-37.

MARQUES, V. R. B. Histórias de higienização pelo trabalho: crianças paranaenses no noventa. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 23, n. 59, p. 57-78, abr. 2003.

MARTINS, R. *Quantos somos e quem somos*. Curitiba: Grafipar, 1941.

NEGRÃO, A. M. M. *Infância, educação e direitos sociais*. Asilo de Órfãos (1870-1960). Campinas: Publicações CMU/Unicamp, 2004.

PARANÁ. Decreto Estadual nº 710. *Código do Ensino*, assinado pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. Curitiba, 18 de outubro de 1915. p. 335-395. Biblioteca Pública do Paraná.

PARANÁ. Decreto Estadual nº 17. *Código do Ensino*, assinado pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. Curitiba, 9 de janeiro de 1917a. p. 9-91. Biblioteca Pública do Paraná.

PARANÁ. Decreto Estadual nº 420. *Programa do Grupo Escolar Modelo e Similares*. 19 de junho de 1917b. p. 222-295. Biblioteca Pública do Paraná.

PARANÁ. Decreto Estadual nº 9.590, assinado pelo interventor do Estado do Paraná em 27 de fevereiro de 1940. *Diário Oficial*, Curitiba, 4 de março de 1940. p. 1. Biblioteca Pública do Paraná.

PEREIRA, M. R. M. *Semeando iras rumo ao progresso*. Curitiba: UFPR, 1996.

PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005.

PIZANI, M. A. P. N. O cuidar na atuação das Irmãs de São José de Mountiers na Santa Casa de Misericórdia (1896-1937). 2005. 223f. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

QUELUZ, G. L. Concepções do ensino técnico na república velha, 1909-1930. Curitiba: CEFET-PR, 2000.

RERUM NOVARUM. (português). Disponível em: <www.vatican.va/holy_father/leo_xiii>. Acesso em: 18 nov. 2012.

RIBEIRO, M. A. R. Qualificação da força de trabalho: a experiência das escolas profissionais do estado de São Paulo (1911-1942) In: RIBEIRO, M. A. R.; CAETANO, C. G.; GITAHY, M. L. C. *Trabalhadores urbanos e ensino profissional*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1986. p. 119-223.

SCHUELLER, A. F. M. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.19, n. 37, p. 59-84, 1999.

SILVA, S. C. H. P. *A epidemia de gripe espanhola e a atuação do Serviço Sanitário*. 2006. 51f. Monografia (Especialização em História do Brasil)-Faculdades Integradas Espírita, Curitiba, 2006.

SILVA, S. C. H. P. *De órfãos da gripe a trabalhadores*. O Asilo São Luiz de Curitiba, 1918-1937. 2010. 130f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SODRÉ, N. W. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOSENSKI, S. Un remedio contra la delincuencia: el trabajo infantil en las instituciones de encierro de la ciudad de México durante la posrevolución. *Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, Madrid, v. LX, n. 2, p. 95-117, jul./dic. 2008.

SOUZA, R. F. *Templos de civilização*. São Paulo: Unesp, 1998.

SOUZA, R. F. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX* (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de classe*. Barcelona: Crítica, 1979.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRINDADE, E. M. C. *Clotildes ou Marias*. Mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Farol do Saber, 1996.

TRINDADE, J. M. B. *Metamorfose: de criança para menor*. Curitiba, início do

século XX. 1998. 254f. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

VALDEMARIN, V. T. Lições de coisas: concepção de científica e projeto modernizador para a sociedade. *Cadernos CEDES*, Campinas, ano XIX, n. 52, p. 74-87, nov. 2000.

VERNANT, J.-P.; VIDAL-NAQUET, P. Trabalho e escravidão na Grécia Antiga. Campinas: Papirus, 1989.

VIDAL, D. G. Escola nova e processo educativo. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 497-517.

VIDAL, D. G. (Org.). *Grupos escolares*. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

ZANATTA, B. A. O método mútuo e a percepção sensorial como legado de Pestalozzi para a geografia escolar. 2005. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 25, n. 66, p. 165-184, maio 2005.

Endereço para correspondência
Liane Maria Bertucci
Rua Machado de Assis, nº 290
Apto 302
Bairro: Juvevê
Curitiba – PR
CEP 80030-370
E-mail: liane@ufpr.br

Silvana C. H. Prestes da Silva
Rua Altair Probst, nº 413
Bairro Santa Felicidade
Curitiba – PR
CEP 82015-680
E-mail: silvahps@ufpr.br

Recebido em: 27 mar. 2013
Aprovado: 11 jul. 2013

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.